

Das territorialidades hegemônicas às territorialidades Queer (Cuier): excitando os limites da Geografia

From hegemonic territorialities to *Queer* (Cuier) territorialities: exciting the limits of Geography

De las territorialidades hegemónicas a las territorialidades *Queer* (Cuier): excitando los límites de la Geografía

Victor Dantas Siqueira Pequeno¹ , Ana Paula Camilo Pereira¹ 

¹ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul , Campo Grande, MS, Brasi

RESUMO

O presente texto insere-se entre aqueles engajados no fomento das Geografias Feministas e Geografia *Queer* na produção científica brasileira. Estabelecemos como objetivo a análise dos sentidos e/ou significados de territorialidades manifestados nas pesquisas de mestrado e/ou doutorado publicadas entre 2018-2021, as quais elegeram como grupo focal a população dissidente de gênero e/ou sexualidades. Acionamos as conceituações de território e territorialidades na Geografia brasileira contemporânea e articulamos com as teorias queer. Trata-se, portanto, de um estudo bibliográfico e documental. Conceber o território e as territorialidades para além das fronteiras cis-heteronormativas que limitam a ciência geográfica é um devir emancipatório do saber e fazer geográfico.

Palavras-chave: Geografias feministas; Geografia *queer*; Território

ABSTRACT

The present text is part of those engaged in promoting of Feminist Geographies and *Queer* Geography within Brazilian scientific production. We established as an objective the analysis of the senses and/or meanings of territorialities manifested in master's and/or doctoral research published between 2018-2021, which elected the dissident population of gender and/or sexualities as a focus group. We made use of the concepts of territory and territorialities in contemporary Brazilian Geography and articulate them with queer theories. It is, therefore, a bibliographic and documentary study. Conceive the territory and territorialities beyond the cis-heteronormative boundaries that limits geographic science is an emancipatory becoming of geographic knowledge and pactice.

Keywords: Feminists geography; *Queer* geography; Territory

RESUMEN

Este texto se encuentra entre aquellos que se dedican a la promoción de las Geografías Feministas y la Geografía *Queer* en la producción científica brasileña. Establecimos como objetivo el análisis de los sentidos y/o significados de las territorialidades manifestadas en investigaciones de maestría y/o doctorado publicadas entre 2018-2021, que eligieron como grupo focal a la población disidente de género y/o sexualidades. Hicimos uso de los conceptos de territorio y territorialidades en la Geografía brasileña contemporánea y los articulamos con teorías queer. Es, por tanto, un estudio bibliográfico y documental. Concebir el territorio y las territorialidades más allá de las fronteras cis-heteronormativas que limitan la ciencia geográfica es un desarrollo emancipatorio del saber y la práctica geográfica.

Palabras-clave: Geografías Feministas; Geografía *Queer*; Territorio

1 INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, este trabalho convida os/as leitores/as a mergulharem num texto interseccional sobre as subversões promovidas pelos corpos dissidentes de gênero e/ou sexualidades para com o território e as territorialidades hegemônicas.

Em segundo, lançamos a seguinte sugestão: território em Geografia é um substantivo masculino. Com isso, estamos dizendo que se trata de um termo que legitima, em muitos casos, um saber e/ou poder específico, qual seja patriarcal. Geógrafas/os ao escreverem sobre o território, não somente o interpretam enquanto substantivo masculino, como a partir deste, reproduzem um geografar hegemônico em que a cosmovisão masculina de mundo muitas das vezes é associada a fenômenos geográficos que se manifestam territorialmente. Assim, sugerimos também que território em Geografia é um instrumento discursivo.

[...] entendemos que os sujeitos dominantes suprimem a liberdade de mencionarmos algumas palavras que possam agredir o status quo; assim, a ciência geográfica também compartilha desta imposição e norteia-se pela tentativa constante em não infringir a objetivação da legislação dita e não dita (Barbosa, 2014, p. 13).

Ao recorrer à etimologia da palavra território verifica-se que a mesma foi originada do termo latim *territorium* e refere-se a uma área delimitada de terra e/ou área sob determinada jurisdição, segundo o dicionário Michaelis. Percebe-se que não

há nenhuma menção a gênero. Todavia, destacamos o termo jurisdição, este que pode ser interpretado como uma ação que qualifica e/ou regulamenta um território, ou seja, um adjetivo. Dito isso, poderíamos nos perguntar: quem é o sujeito que empreende tal ação? Qual discurso é reproduzido na regulamentação de um território? Para que serve um território? Quem pode usufruí-lo?

Tais questionamentos nos colocam diante de um paradigma, felizmente reconhecido e debatido atualmente por cientistas de diferentes áreas, inclusive a Geografia, qual seja: a invisibilização de certos corpos e/ou sujeitos e suas respectivas filosofias, saberes, culturas por uma ciência orientada pela cosmovisão masculina e patriarcal de mundo.

A Geografia não constrói categorias e conceitos que fragilizem sua potência como ciência, muito ao contrário, pois busca definir seus limites pela compreensão do que seja a realidade, o problema é que sempre existirá um limite e não conseguirá alcançar toda a realidade. A limitação da ciência geográfica encontra-se nos limites da própria linguagem, já que algumas coisas podem ser ditas enquanto que outras não. O silêncio é o limite (Barbosa, 2014, p. 15).

Linguagem e sociedade, portanto, estabelecem uma relação interdependente, e por meio desta é engendrada uma concepção e/ou noção de realidade. Com efeito, configura-se um sistema simbólico que elege o dito e eclipsa o não dito, e que se torna eficaz no forjamento de culturas, identidades, filosofias, vontades, desejos, etc.

Isso posto, o presente texto insere-se no campo das Geografias feministas (Silva, 2010) e Geografia queer (Borghini, 2015), oriundos das contribuições da Nova Geografia Cultural (Spitalere, 2014; Lévy, 2015). A questão que orienta nossa reflexão é: Como são contempladas as territorialidades construídas por grupos dissidentes de gênero e/ou sexualidades na Geografia brasileira? Assim, o objetivo é tecer uma análise bibliográfica, num recorte temporal entre 2018 a 2021 dos usos e/ou sentidos do conceito de território e territorialidade nas produções queer-geográficas brasileiras.

O texto foi composto por cinco seções, a saber: na primeira, realizamos uma breve retomada conceitual acerca do território e da territorialidade na Geografia contemporânea brasileira. Na segunda seção, contextualizamos a emergência das

teorias queer e suas principais reivindicações na ciência. Prosseguimos na terceira seção com a discussão da recepção das teorias queer na Geografia. Na quarta seção, apresentamos os resultados identificados por nós e que foram significados enquanto constituintes de uma constelação textual. Por fim, sugerimos alguns horizontes que devem ser contemplados por geógrafas e geógrafos engajadas/os na subversão do saber e/ou fazer geográfico.

2 DAS TERRITORIALIDADES E SUAS MATIZES

Inspirado na obra lefebvriana, Haesbaert (2007) interpretou o território a partir de uma perspectiva da continuidade. Assim, o território dispõe de seus conteúdos tendo como referência a relação espaço-tempo (vivido), nessa lógica:

[...] o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação territorial (como a do espaço feudal típico), não admite multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades (Haesbaert, 2007, p. 21 [grifo do autor]).

Desse modo, ao tecer uma análise sobre a continuidade do território e da territorialidade, devemos considerar a:

[...] multiplicidade de suas manifestações - que é também, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeitado, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência, pois o poder sem resistência, por - mínima que seja, não existe) (Haesbaert, 2007, p. 22).

Estes sujeitos são responsáveis por atribuir aos seus territórios: funções, significados e/ou simbologias, ou seja, a cultura situada histórica e temporalmente revela processos territoriais distintos e inacabados. Outrossim,

Enquanto “tipos ideais” eles [território funcional e simbólico] nunca se manifestam em estado puro, ou seja, todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que seja, e todo

território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que pareça (Haesbaert, 2007, p. 23 [grifo do autor]).

Assim como território, a territorialidade é constituída também num nível ontológico e imaterial em que os mesmos agentes que lhe conferem sentidos, significados e símbolos ao fazerem isso (re) elaboram suas respectivas identidades, ainda que não possuam um território em si (matéria) (Haesbaert, 2007).

O autor sintetizou algumas tendências que conceituam a territorialidade tanto num sentido epistemológico quanto ontológico. Assim, a territorialidade num sentido epistemológico apresenta-se como: “abstração”, condição genérica (teórica) para a existência do território (dependendo, assim, do conceito de território proposto)” (Haesbaert, 2007, p. 25). Por sua vez, a territorialidade num sentido ontológico, consiste em três níveis: como materialidade, imaterialidade e espaço vivido (conjugação entre materialidade-imaterialidade) (Haesbaert, 2007).

Outro elemento que deve ser considerado, nos estudos das territorialidades, diz respeito à historicidade desse fenômeno. Nesse sentido, Haesbaert (2007) elencou quatro momentos e/ou fases temporais no qual o sentido de territorialidade apontava para uma problemática específica. Assim sendo, ao longo da história, a territorialidade assumiu as seguintes expressões: 1) abrigo, moradia, fonte de recursos e/ou meio de produção; 2) demarcação identitária e/ou simbólica de um grupo por meio de processos espaciais (fronteira); 3) manipulação do espaço para controle e/ou disciplinarização de sujeitos; 4) consolidação de redes e regulação dos fluxos de sujeitos, mercadorias, etc, por meio de estratégias de contenção. Esta última, segundo o autor, consiste na tendência atual dos processos de territorialização e/ou desterritorialização.

No aprofundamento de tais proposições conceituais relacionadas à territorialidade, Haesbaert (2007), na tentativa de substituir a expressão desterritorialização (considerada como “mito” pelo mesmo) sugeriu o conceito de multiterritorialidade, levando em consideração as negociações e as disputas sociais que derivam daquela:

Muito mais do que perdendo ou destruindo nossos territórios, ou melhor, nossos processos de territorialização (para enfatizar a ação, a dinâmica), estamos na maior parte das vezes vivenciando a intensificação e complexificação de um processo de (re)territorialização muito mais múltiplo, "multiterritorial" (Haesbaert, 2007, p. 19 [grifo do autor]).

Isto não exclui por definitivo a existência do fenômeno da des-territorialização, uma vez que para o autor a territorialização e a desterritorialização são processos coexistentes, contingenciais, o que acaba justificando sua defesa em torno do conceito de multiterritorialização por contemplar ambos processos. Ademais,

[...] é na dimensão mais propriamente social da desterritorialização, tão pouco enfatizada, que o termo teria melhor aplicação, pois quem de fato perde o "controle" e/ou a "segurança" sobre/em seus territórios são os mais destituídos, aqueles que se encontram mais "desterritorializados" ou, em termos mais rigorosos, mais precariamente territorializados (Haesbaert, 2007, p. 20 [grifo do autor]).

São esses corpos desterritorializados que a cosmovisão masculina em torno do conceito de território acaba por excluí-lo. São eles que são vítimas de um epistemicídio e que ocupam "o outro lado" da fronteira social, cultural, científica, político-econômica, etc. Esses mesmos corpos são capazes de mobilizar novas práticas, saberes e fazeres para com a pesquisa geográfica.

Nessa perspectiva, encaminhamos-nos para uma discussão interseccional (gênero-sexualidade). Tal proposta alinha-se com os estudos de geógrafas e geógrafos que analisam o território e/ou territorialidades e seus múltiplos sentidos manifestados por grupos dissidentes que perturbam a norma sexo-gênero-sexualidade. Grupos estes que são condicionados à subalternidade, ou ainda, grupos que são qualificados enquanto vidas abjetas.

Quando falamos em abjeção nos reportamos àquelas pessoas que não são reconhecidas enquanto sujeitos de direitos, ou seja, por não terem esse reconhecimento se inserem nas categorias do não humano, das monstruosidades, gerando uma ambiência de hostilidades e exclusões que promovem como espaços de existências as marginalidades [...] (Andrêo; Peres; Tokuda; Souza, 2016, p. 61).

Felizmente, com o surgimento das teorias queer tais vidas abjetas foram reconhecidas, politizadas e mobilizaram uma nova práxis científico-cultural.

3 O CALEIDOSCÓPIO QUEER

Ao historicizar os estudos queer é reconhecido que foram gerados no interior dos movimentos sociais (leia-se gays e lésbicas) em meio a conjuntura da epidemia AIDS na década de 1980, que teve os Estados Unidos da América como epicentro.

Inspirados nas reivindicações do movimento feminista, as teorias queer foram gestadas como um campo de saber radical, transgressor, anti-normativo, pós-identitário. Neste sentido, os estudos queer contestam o movimento assimilacionista que orbita em torno dos grupos dissidentes de gênero e/ou sexualidades, os limites das políticas identitárias enquanto ferramentas ambíguas que ao mesmo tempo que fomentam o reconhecimento e/ou emancipação dos corpos subalternos tendem a estabelecer padrões e/ou classificações de performances, comportamentos, desejos para tornar inteligíveis tais corpos. Demandam, portanto: “Uma ordem que recusa outros arranjos sexuais e de gênero que não estejam conformados a uma moralidade burguesa, medicalizada e marcadamente eurocentrada” (Pelúcio, 2014, p. 28).

A primeira aparição do termo queer na academia foi verificada nos Estados Unidos da América com os trabalhos da pesquisadora Teresa De Lauretis que à época, mais precisamente no ano de 1990, realizou uma conferência na Universidade da Califórnia em que debateu sobre os usos do termo para legitimar um campo de saber insurgente (Miskolci, 2014; Junior; Pocahy, 2017).

É possível afirmar que Teoria Queer é um rótulo que busca abarcar um conjunto amplo e relativamente disperso de reflexões sobre a heterossexualidade como um regime político-social que regula nossas vidas. Tratam-se de regulações sexuais e de gênero socialmente impostas que criam e mantêm desigualdades de toda ordem, em especial no menor reconhecimento político e de direitos daquelas pessoas cuja sexualidade e/ou o gênero entram em desacordo com as normas sociais (Miskolci, 2014, p. 8-9).

Cabe destacar que a própria nomeação “Teorias queer” para um campo de saber emergente tinha o intuito de demarcar

os usos pejorativos do termo queer para com os corpos dissidentes, e a partir disso, politizar o mesmo deslocando-o da condição negativa para uma condição transgressora, radical:

[...] a escolha da palavra “queer” para denominar uma teoria tratou-se de uma escolha política. Quer dizer, a ideia era transformar a injúria, as identidades ofensivas, atribuídas pelos outros em um termo de luta e combate (Pelúcio, 2014, p. 30).

Com efeito: “Tornavam-se, portanto, queer, abjetos, pessoas com relação às quais muitos não escondiam sentir nojo e até mesmo esperarem que fossem eliminados” (Miskolci, 2014, p. 9).

Para além da sociedade anglo-saxônica observou-se que o léxico inglês impossibilitou sua tradução para outros contextos nacionais, especialmente, os países do então sul global, e isto até hoje é motivo de debate e/ou reflexões entre pesquisadoras/es que almejam uma possível tradução capaz de localizar tais estudos do sul periférico entre os ditos cânones científicos. Todavia, tais tentativas tornaram-se insuficientes uma vez que reforçou uma lógica dominante ao privilegiar o grupo de homens gays, e desse modo desconsiderar a pluralidade de dissidências sexuais (o que não ocorre com o uso queer) (Pelúcio, 2014).

Larissa Pelúcio (2014) é uma das que se ocuparam na busca de uma tradução mais próxima e/ou compatível com as realidades latinoamericanas, especialmente, o Brasil. A autora sugeriu que:

Na geografia anatomizada do mundo, nós nos referimos muitas vezes ao nosso lugar de origem como sendo “cu do mundo”, ou fomos sistematicamente sendo localizados nesses confins periféricos e, de certa forma, acabamos reconhecendo essa geografia como legítima. E se o mundo tem cu é porque tem também uma cabeça. Uma cabeça pensante, que fica acima, ao norte, como convêm às cabeças. Essa metáfora morfológica desenha uma ordem política que assinala onde se produz conhecimento e onde se produz os espaços de experimentação daquelas teorias (Pelúcio, 2014, p. 10).

A partir do questionamento de tal imaginário assentado no senso comum, a autora alertou-nos a não insistir em uma tradução direta do termo queer (já que tal exercício é por si falho) mas sim, fortalecer e/ou consolidar a nossa produção sul

global, latino-americana, periférica e/ou marginalizada que habita o “cu do mundo”. Para tanto, seria imprescindível assumir-nos enquanto teóricas e/ou teóricos cu.

Assumir que falamos a partir das margens, das beiras pouco assépticas, dos orifícios e dos interditos fica muito mais constrangedor quando, ao invés de usarmos o polidamente sonoro queer, nós assumimos como teóricas e teóricos cu. Falar em uma teoria cu é acima de tudo um exercício antropofágico, de se nutrir dessas contribuições tão impressionantes de pensadoras e pensadores do chamado norte, de pensar com elas, mas também de localizar nosso lugar nessa “tradição”, porque acredito que estamos sim contribuindo para gestar esse conjunto farto de conhecimentos sobre corpos, sexualidades, desejos, biopolíticas e geopolíticas também (Pelúcio, 2014, p. 4).

A partir de tal exercício, o queer é deslocado de uma condição de designação pejorativas a corpos e/ou subjetividades dissidentes, o cu é deslocado de sua condição de excretor, sujo, a práticas homossexuais (mesmo sendo praticado por pessoas heterossexuais) para uma condição de transgressão política como afirma a autora: “O cu excita na mesma medida em que repele, por isso é *queer*” (Pelúcio, 2014, p. 10).

Acrescentamos ainda que tornar-se uma teórica e/ou teórico cu é excitar-se subjetivamente, culturalmente, intelectualmente e/ou politicamente, e partir daí excitar também as bases reprimidas que aprisionam o saber e/ou o fazer científico. É reconhecer o sujo, o desviante, o incorreto, de modo que reconheçamos também a nossa própria sujeira, nossos desvios e incorreções. E com estas, colorir nossos saberes e práticas, tornando-as autênticas, criativas, e sobretudo, subversivas.

Pretendemos, portanto, excitar a epistemologia geográfica. Para tanto, consideramos os estudos já realizados por nossas geógrafas e geógrafas que se mostraram preocupados/as com tais emergências. Estudos estes que partilham tonalidades outras para a construção de um saber e um fazer geográfico *queer* (cu). Por meio de tal empreitada nos esforçamos para responder algumas questões: Quais os sentidos das territorialidades *queer* (cu) nas pesquisas geográficas? Quem são os corpos que as constroem e/ou reconstroem?

4 QUEERIZANDO A GEOGRAFIA

A década de 1980 é para nós geógrafas e geógrafos um marco temporal em que se verificou uma difusão de novas epistemologias e conceitos que engendraram um movimento conhecido como virada cultural. Na esteira deste, conceitos foram redefinidos, categorias outras foram reconhecidas, o que resultou na consolidação de um corpus teórico-metodológico, qual seja, a Nova Geografia Cultural.

A “virada cultural” [...] pode ser lida ao menos de três maneiras diferentes. Como antropologização das ciências sociais, ela encoraja e desenvolve a difusão dos conceitos e dos métodos da etnografia e da etnologia. Como desmaterialização do mundo, ela acentua o valor explicativo das realidades ideais, que não são mais tratadas como “superestruturas” do mundo material, mas como componentes maiores e duráveis das “dominâncias” de uma sociedade. Como relativismo cultural, essa virada adota uma postura crítica face às fragilidades de um “universalismo ocidental” que se encontra frequentemente sobrecarregado por seus particularismos implícitos (Lévy, 2015, p. 21 [grifo do autor]).

Lévy (2015) salientou ainda que não se trata somente de uma virada cultural no saber científico, mas, uma virada cultural na linguística, na filosofia, na política, na arte, literatura, engendrando articulações com outros movimentos ao decorrer das décadas: pós-modernismo, construcionismo, psicologia e/ou filosofia analítica, pós-colonialismo, pós-estruturalismo, teorias feministas, teorias *queer*, etc. No presente trabalho, me atenho a estes últimos e apresento brevemente seus efeitos na Geografia.

As primeiras produções geográficas notadamente orientadas pelas teorias feministas têm como data a década de 1980, quando do reconhecimento do feminismo enquanto um campo de saber, coincidindo com a conjuntura social e política da época, qual seja, a epidemia AIDS e a revolução sexual. Tais estudos ocuparam primeiramente as salas de aula e pesquisas das universidades anglo-saxãs, e posteriormente, na década de 1990, é verificado sua recepção nas geografias do sul global (Spitalere, 2014).

Um dos manifestos mais significativos é o livro *Geography and Gender. An Introduction to feminist Geography*, publicado em 1984 pelo ‘Women and Geography Group’ do Institute of British Geographers. Essa obra deu uma legitimidade científica à geografia feminista e consagrou definitivamente como um ramo da geografia (Borghini, 2015, p. 135).

Assim como o movimento feminista, a Geografia Feminista foi sucedida de fases. Num primeiro momento, as discussões geográficas feministas estavam vinculadas, sobretudo, com a teoria marxista em qual a categoria gênero era acionada na Geografia como indicativo da dialética que ocorre na luta de classes. Nesse viés, as reivindicações das mulheres foram reduzidas à melhoria de salário, emancipação político-econômica, ou ainda, a reestruturação das atividades urbano-industriais (Borghi, 2015).

Um redirecionamento epistemológico foi verificado quando o feminismo pós-estruturalista foi incorporado nos trabalhos das geógrafas e dos geógrafos engajadas/os na ampliação do debate feminista na ciência geográfica para além dos limites marxistas.

É somente com o feminismo pós-estruturalista que se começa a tratar da interpretação das diferenças sexuais e das construções de gênero por meio de uma abordagem desconstrutivista. A mudança epistemológica impulsiona a geografia feminista a se configurar como uma geografia do gênero, consagrada à análise mais estruturada das relações de gênero como construções sociais e aos seus efeitos no espaço (Borghi, 2015, p. 135).

A Geografia do Gênero reivindicou assim a posição das mulheres enquanto agente que produz e/ou transforma o espaço geográfico; localizou as disputas espaciais como paralelas às hierarquias de gênero; enfatizou o caráter sexista empregado nos estudos geográficos e sobretudo; rebateu a cosmovisão masculina que o saber e/ou fazer geográfico é neutro, propondo: “[...] novas metodologias que se destacaram, especialmente na pesquisa de campo, a componente subjetiva e as relações de influência mútua entre pesquisador/a e sujeito/objeto de pesquisa” (Borghi, 2015, p. 135).

Para além disso, os estudos de gênero na Geografia propuseram outras categorias para se analisar as relações socioespaciais, especificamente, o corpo, que originou em um dos conceitos mais importantes na produção geográfica feminista, qual seja, espaço paradoxal proposto pela geógrafa feminista britânica Gillian Rose.

O espaço paradoxal constitui-se numa interessante construção metodológica na geografia, sendo complexo, pois envolve variadas articulações e dimensões. Qualquer mulher não pode ser vista

constituindo apenas um gênero, mas também, a sexualidade, a raça, a religião e a classe social. Todos esses elementos são experienciados simultaneamente, podendo, portanto, subverter a ordem de forças entre os “mesmos” e os “outros” devido sua plurilocalização no território (Silva, 2003, p. 40).

Das contribuições da Nova Geografia Cultural, Geografia Feministas e dos estudos sobre sexualidades, surgiu outra matriz teórico-metodológica influenciada pelas teorias queer, e que não por acaso, recebeu o nome de Geografias queer. Com esta, a performance emergiu como categoria de análise geográfica inspirada pelos estudos da pesquisadora estadunidense Judith Butler (2003) e seu conceito de performatividade.

Ao incorporar a performatividade como o exercício do gênero, entendido como representação social, a geografia evidencia a importância da incorporação do espaço e do tempo nas análises das experiências da vivência cotidiana e concreta e as possibilidades de subversão da própria ordem compulsória de gênero da sociedade heteronormativa (Silva, 2010, p. 43).

Retomando as proposições de Butler (2003), quando se performa o gênero, tal performance não se encontra isolada espacialmente e/ou historicamente, por conseguinte: “O espaço [...] compõe o gênero performático, mas também os atos subjetivados que se diferenciam do ideal de gênero, jamais realizável em sua concretude” (Silva, 2010, p. 43). Em consonância, Reis (2015) enfatizou que:

Compreender as relações de gênero a partir de um viés geográfico é reconhecer o espaço como um produto de inter-relações, desde a interação global até o intimamente pequeno, é enxergar o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, na qual trajetórias distintas coexistem e estão em constante construção (Reis, 2015, p. 24).

Ademais, a Geografia *Queer* cedeu espaço àqueles corpos que compõe a margem do sistema cis-heteronormativo bem como àquelas corporeidades criativas que parodeiam os gêneros. Assim, travestis, transexuais, intersexos, drags queens e drag kings são reconhecidas como agentes transformadores e transgressores do espaço. Com destaque para as experiências travestis, Ornat (2010) defendeu que:

[...] o ser travesti se constitui no estar no mundo, e isso é essencialmente espacial, pois viver implica ações, práticas, relações que se realizam numa dimensão concreta. Contudo, o estar no mundo significa relacionar-se com outros modos existenciais, fundamentalmente diferentes do ser travesti e, nesse sentido, o poder coloca-se como ponto essencial (Ornat, 2010, p. 81).

Diante de tais reflexões, verifica-se que as potencialidades das teorias queer para com a Geografia, consistem em ampliar a análise das hierarquias dos gêneros e das sexualidades, tendo o corpo como referência e as categorias como: raça, etnia, classe, faixa etária, etc, como constituidoras daquele. Em outras palavras, uma análise geográfica interseccional, uma vez que:

[...] ao falar de corpo e corporeidade indiscutivelmente retomamos a interseccionalizar, já que os corpos serão apropriados e dotados com significado de diferentes formas, conforme diferentes contextos sociais (Rocha, 2022, p. 98).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nosso objetivo com este levantamento (quadro 1) de pesquisas consistiu em demonstrar como são realizadas as pesquisas geográficas que se articulam as teorias queer ao eleger lésbicas, gays, travestis e/ou transexuais como grupo focal e/ou objeto de análise para discutir o território e as territorialidades.

O levantamento bibliográfico ocorreu no mês de setembro de 2022 no sítio eletrônico da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Foi realizada uma busca avançada com os seguintes termos: gênero, sexualidade, LGBT, espaço, território e territorialidades, limitados ao título e resumo, combinados ao recorte temporal de 2018-2021 e aos Programas de Pós-Graduação em Geografia.

O recorte temporal delimitado levou em consideração a conjuntura político-educacional instaurada no governo Jair Messias Bolsonaro, em que se proliferou a caça à suposta ideologia de gênero¹ nos currículos das escolas e universidades do país. Assim, ao sistematizar tais pesquisas estamos também exercitando nossa posicionalidade enquanto sujeito-pesquisador/a.

¹ Para saber mais consulte Schibelinski (2020).

Desconstruir a autoridade científica baseada nos dualismos do pensamento filosófico ocidental que opõe razão/emoção, mente/corpo, masculino/feminino é necessário e implica flexibilidade constante de si na prática cotidiana do fazer científico, o que não é tarefa simples, dada a constituição de nós mesmos nessa dualidade (Silva, 2020, p. 180).

Dos trabalhos encontrados (um total de vinte) selecionamos oito para a presente discussão, tendo em vista os limites formais da elaboração de um artigo que nos impossibilita de fazer uma leitura mais aprofundada. As temáticas que os respectivos trabalhos contemplaram foram: Geografia Urbana, Geografia da Saúde, Geografia e Cinema, Geografia Escolar e/ou Ensino de Geografia.

Na tentativa de identificar os sentidos atribuídos ao território e as territorialidades queer nos respectivos trabalhos, mergulhamos nas escritas potentes dessas geógrafas e geógrafos.

Quadro 1 – Pesquisas queer-geográficas brasileiras (2018-2021)

(Continua)

Título	Autoria e Instituição	Palavras-Chave	Área de Abrangência	Natureza e Ano
Os Cinemões como Espaços de Tensionamento à Ordem Hegemônica da Sexualidade na Produção do Espaço Urbano de Fortaleza - CE	VASCONCELOS, Ana Paula do Nascimento / Universidade Estadual do Ceará (UECE)	Espaço Urbano; Centro; Sexualidade; Cinemão	Geografia Urbana	Dissertação (2018)
Proposta de Cartografia Queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero em São Paulo	ALMEIDA, Vinicius Santos / Universidade de São Paulo (USP)	Cartografia; Violência; Identidade de gênero; Sexualidade; São Paulo	Geografia Urbana; Cartografia Temática	Dissertação (2019)
Vivências Docentes de Professores Gays e Lésbicas no Ensino de Geografia em Escolas de Educação Básica	OLIVEIRA NETO, Irineu Soares / Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Sexualidade	Ensino de Geografia	Dissertação (2019)

Quadro 1 – Pesquisas queer-geográficas brasileiras (2018-2021)

(Conclusão)

Título	Autoria e Instituição	Palavras-Chave	Área de Abrangência	Natureza e Ano
O Buraco da Lacaia na Lapa Carioca: relações homoafetivas e distintas territorialidades, em um espaço de vivências LGBT	VIEIRA, Nathália da Silva / Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	Buraco da Lacaia; Microterritório; LGBT; Sexualidade	Geografia Urbana	Dissertação (2019)
Espaço e as práticas do cuidado de si, na relação saúde/doença do corpo das travestis e mulheres transexuais em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná	BRAGA, Ramon de Oliveira Bieco / Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	LGBTfobia; Transexualidades; Travestilidades; Saúde trans; Sexualidades	Geografia da População; Geografia da Saúde	Tese (2020)
Vivências transmasculinas em espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil e a multiplicidade espacial	SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos / Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	Transmasculinidades; Homem trans; Ensino superior; Educação; Espaço	Geografia da População; Ensino de Geografia	Tese (2020)
Territorialidades LGBTQIA + na educação básica: a oficina geográfica de gênero e sexualidade como ferramenta de luta e resistência	FREITAS, Edjango Lima / Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Oficina; Territorialidade LGBTQIA +; Ensino de Geografia; Gênero	Ensino de Geografia	Dissertação (2021)
Na Praia, na montanha, sob a luz do luar ou em algum lugar além do arco-íris: Perspectivas geográficas acerca das espacialidades homossexuais masculinas representadas nos filmes Praia do Futuro, Brokeback Mountain e Moonlight	SOUZA, Gabriel de Lima / Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - RJ)	Geografia e Cinema; Espacialidades; Homossexualidade masculina	Geografia e Cinema	Tese (2021)

Fonte: Organizado pelos autores (2022)

Na dissertação “Os cinemões como espaços de tensionamento à ordem hegemônica da sexualidade na produção do espaço urbano de Fortaleza-CE”, Ana Paula Vasconcelos (2018) elegeu como objeto de estudo o centro da cidade de Fortaleza e os cinemões localizados neste, para pensar como os grupos dissidentes sexuais ao fazer uso destes subvertem e/ou re-configuram a lógica hegemônica de produção do espaço urbano. O grupo focal delimitado pela autora foram homens gays e homens que fazem sexo com homens. Trata-se, portanto, de um estudo interseccional (gênero-sexualidade-classe).

A sexualidade posta como categoria de análise nas abordagens geográficas do espaço urbano, e o gênero como performativo, proporciona o entendimento de que os espaços não são neutros, cujas pessoas dissidentes da sexualidade heterossexual vivenciam o espaço urbano de forma diferente, por sofrerem interdições nos espaços tanto públicos como também nos privados (Vasconcelos, 2018, p. 14).

A autora se valeu de contribuições geográficas, em especial, a obra de Doreen Massey e Joseli Silva, e das filosofias pós-estruturalistas com destaque para as obras de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Judith Butler. Referente à metodologia, foram realizados trabalhos de campo para reconhecimento do objeto de estudo, bem como aplicação de questionários e relatos pessoais de 11 pessoas constituintes do grupo focal.

Dentre os resultados identificados, a autora compreendeu que as práticas, códigos e/ou rituais manifestados nos cinemões forjam um sistema simbólico independente, acessado somente por aqueles que vivenciam essas práticas. Tais circunstâncias são problematizadas pela autora com os conceitos de rizoma e linha de fuga propostos pelo filósofo francês Gilles Deleuze. Assim, os cinemões enquanto linha de fuga atua em dois sentidos:

[...] na própria composição física do espaço; na dureza da materialidade e das relações; e na própria composição interna produzida a partir das relações dos sujeitos constituídos por linhas de segmentaridade mais flexível. Sem que ambos os sentidos sejam excludentes (Vasconcelos, 2018, p. 117).

Compreende-se que as territorialidades são garantidas, tanto materialmente (forma e/ou objeto) através dos cinemões como performaticamente (corpo). São os homens gays e os homens que fazem sexo com homens com seus rituais e/ou códigos que qualificam e re-qualificam tais espaços. Há dessa forma, uma interdependência entre corpo e espaço na consolidação das respectivas territorialidades em Fortaleza-CE.

Vinicius Almeida (2019) em sua dissertação intitulada "Proposta de cartografia queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero em São Paulo" propôs um estudo urbano-cartográfico com o intuito de identificar os espaços de violência experienciados pelos grupos dissidentes na capital paulista, para tanto, o autor estabelece: "[...] interesse central pelo mapa: é através dele que nos propusemos aprender a relação entre espaço, gênero, sexualidade e violência" (p. 17). Observa-se que se trata de um estudo geográfico que se quer interseccional. O autor também utilizou das múltiplas escalas para verificar a ocorrência das violências com tais grupos, que inclui o corpo como dimensão escalar.

No que tange a estrutura teórica do texto, com destaque para as teorias queer, o autor orientou-se na obra de Michel Foucault (conceito de disciplinarização), Judith Butler (conceito de performatividade) e Paul Preciado (conceito de *potentia gaudendi*). Metodologicamente, a pesquisa foi realizada em três momentos: 1) produção de mapas e gráficos sobre os boletins de casos de violências motivados pela discriminação de gênero e/ou sexualidades; 2) aplicação de 19 entrevistas com vítimas de tais violências na cidade de São Paulo e produção de mapas mentais por estas; 3) análise das falas a partir da técnica coremática e de um software de análise estatística de textos.

O objetivo de trabalhar com esse tema através dos mapas foi procurar produzir imagens, representações gráficas da relação, gênero e sexualidade, especificamente das espacialidades cujos corpos são lidos como dissidentes das normas sexuais e de gênero. Queríamos mapear a violência enquanto uma técnica produtora de gênero e sexualidade e também de espaço (Almeida, 2019, p. 251).

Constatamos que os sentidos de territórios e territorialidades são evidenciados pelo autor de duas maneiras. A primeira, consiste no território institucionalizado,

regulamentado pelas políticas de segurança (e aqui vale o questionamento: segurança para quais corpos?), em que resultou em dados estatísticos divulgados nos boletins de violência na capital paulista. A segunda, consiste no território construído e/ou re-construído pelas vítimas das violências de gêneros e sexualidades, sendo esta considerada por mim a mais criativa do trabalho executado, em que a relação pesquisador-objeto se dá de forma interdependente, em um diálogo horizontal, haja vista a utilização dos mapas mentais produzidos por tais corpos subalternizados como ferramentas capazes de promover um redirecionamento e/ou transformar os estudos (corpo)cartográficos na ciência geográfica.

Irineu Oliveira Neto (2019) em sua dissertação intitulada “Vivências Docentes de Professores Gays e Lésbicas no Ensino de Geografia em Escolas de Educação Básica”, elegeu o grupo focal de professores gays e professoras lésbicas da rede de ensino público de João Pessoa - PB para discutir o currículo de geografia nas escolas, as situações de constrangimento vivenciados por esses professores/as, e os limites que impedem o fomento de uma Geografia subversiva que contemplem as temáticas de gênero e sexualidades nas aulas, com intuito de fomentar um saber e um fazer geográfico que venha a transformar o espaço educativo, em qual as expressões de gênero e sexualidades dissidentes manifestadas por docentes e/ou discentes não sejam submetidas à violência simbólica, institucional, psicológica, física e outras.

Em termos de instrumentos metodológicos, o autor valeu-se da pesquisa bibliográfica, estudo de caso, aplicação de questionários semi-estruturados e entrevistas focalizadas com os professores participantes do estudo.

No tocante aos resultados, Oliveira Neto (2019) posicionou-se em favor da politização das identidades sexuais das/os professores/as de Geografia que estejam interessadas/os no fomento de práticas, conhecimentos e/ou saberes considerados marginais, polêmicos pelo currículo escolar cristalizado em uma cosmovisão cis-heteronormativa e patriarcal.

A possibilidade da construção identitária sexual na docência em Geografia (como maioria dos registros expressos nesta investigação),

oportuniza novos ambientes de pesquisa e análise na Ciência Geográfica e em especial na Educação Geográfica, tendo o corpo, como elemento essencial para as análises das dinâmicas ocorrentes nas paisagens, lugares, territórios e regiões, renovando a pesquisa e o raciocínio, subsidiando o discurso sobre Sexualidades, como possibilidade analítica, diante do engessamento que envolvem a Geografia, fundamentada no conservadorismo social, cultural e sexual (Oliveira Neto, 2019, p. 199).

Nessa perspectiva, a escola e o currículo podem ser interpretados como territórios numa perspectiva intertextual (Geraldes, 2012), que são produzidos, demarcados, e por vezes impõem um conjunto de valores e/ou ideologias oriundas de uma cultura que se quer dominante. Frente a isso, professores gays e lésbicas, a partir de suas vivências e/ou experiências subjetivas, podem engendrar práticas que re-configurem e/ou re-elaborem aqueles.

Na dissertação “O Buraco da Lacaia na Lapa Carioca; relações homoafetivas e distintas territorialidades, em um espaço de vivências LGBT”, Nathália Vieira (2019) elaborou um estudo que teve como objetivo compreender como é manifestada as microterritorialidades do público LGBT que frequenta a casa noturna Buraco da Lacaia localizada na Lapa da capital carioca, e as mudanças ocorridas nesta ao longo dos seus 30 anos de existência.

A autora orientou seus percursos teórico-metodológicos em torno da questão: Qual o papel desempenhado pelo Buraco da Lacaia para a população LGBT? Metodologicamente, lançou mão da pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas, trabalho de campo e observação-participante.

Dentre as considerações feitas pela autora foi reconhecido que o Buraco da Lacaia corresponde a uma microterritorialidade por ser constituído de relações de poder que são manifestadas entre os artistas LGBT+ que se apresentam nas noites, bem como a equipe que administra as atividades e/ou recursos oriundos de tais eventos. A repercussão dos shows e das performances que ocorrem na referida casa noturna foram de suma importância para ampliar seu repertório bem como seus usos.

A casa ganhou visibilidade e tornou-se objeto de desejo para outros profissionais de diferentes áreas, tais como: cinema, saúde, literatura,

artes plásticas, etc. A boate já foi locação de filmes, clipes musicais, lançamentos de livros, lançamentos de revistas, projetos de prevenção contra a AIDS, entre muitas novas funções além da sua função oficial, uma casa noturna (Vieira, 2019, p. 92).

Os sentidos de territorialidades, ou como a autora preferiu denominar, as microterritorialidades, são construídas e/ou reconstruídas tanto pelas pessoas LGBTQ+ que realizam shows e performances, quanto pelo público consumidor LGBTQ+ que se deslocam até a casa noturna para apreciar tais eventos. Assim, os conteúdos simbólicos e identitários que a referida casa noturna manifesta, originam-se desses dois níveis de microterritorialidades.

Na microterritorialização se produz/se transforma/se amplia, ou não, o contexto cultural dos sujeitos sociais (suas práticas e representações). Ao mesmo tempo, esta cultura envolve múltiplas existências em interação e, assim, ela tem uma relação com o acontecimento territorializado, ou seja, o espaço tempo cultural, que é efêmero (Costa, 2010, p. 35).

Ramon Braga (2020) em sua tese “Espaço e práticas de cuidado de si, na relação saúde/doença do corpo das travestis e mulheres transexuais em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná”, encaminhou um estudo que articulou as teorias queer com a Geografia da Saúde e Geografia da População com o fito de refletir sobre a relação corpo/espaço das mulheres transexuais e travestis nas cidades, Curitiba e Ponta Grossa, Paraná.

Michel Foucault e Judith Butler são mencionados enquanto referência teórica basilar no que se refere às teorias queer. Quanto à metodologia, o autor utilizou-se da técnica de snowball (bola de neve) a partir da qual foi possível realizar 20 entrevistas semiestruturadas com mulheres travestis e/ou transexuais. Para a discussão foi acionado a técnica de análise de conteúdo de Laurence Bardin.

Alinhados com o objetivo principal, o autor contempla três questionamentos para tecer sua investigação, quais sejam:

Como é o processo de autoidentificação das travestis e mulheres transexuais? Como ocorre o cuidado do corpo das travestis e mulheres transexuais nos espaços formais de saúde? Como se estruturam as práticas realizadas do cuidado de si na relação saúde/doença? (Braga, 2020, p. 33).

Dentre os resultados evidenciados pelo o autor, foi observado que os sentidos de territorialidades assumem um caráter multiescalar, desse modo: “[...] o espaço compõe as práticas do cuidado de si com base nas escalas espaciais do corpo, da casa, do trabalho, da educação, da cidade e da ONG” (Braga, 2020, p. 371).

O autor prossegue defendendo que a relação corpo/espço (territorialidades) frente a relação doença/saúde se dá em situações contingenciais. Com efeito, o corpo travesti e/ou transexual ao estar em constante mutabilidade física, subjetiva, psíquica e também espacial e/ou territorial, vivencia tais situações de maneiras diversas.

[...] compreendendo que a saúde é uma condição corpórea aliada as condicionantes sociais, ambientais e biológicas, foi possível verificar que quando a travesti e/ou a mulher transexual é expulsa de casa pelos familiares, não conclui a educação básica e/ou não possui acesso espacial aos serviços sociais como saúde, educação e segurança, os seus corpos vivenciam espacialmente o estado de doença. Todavia, quando a travesti e/ou a mulher transexual não é expulsa de casa e/ou conclui a educação básica, ela vivencia espacialmente a saúde. Contudo, simultaneamente ela vivencia a doença quando possui o nome social desrespeitado em um espaço público como uma unidade de saúde ou no mercado de trabalho (Braga, 2020, p. 371).

A tese de Adelaine Santos (2020) intitulada “Vivências transmasculinas em espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil e a multiplicidade espacial”, por sua vez, levantou a discussão das espacialidades transmasculinas para o território universitário, este, sendo notadamente um espaço em que as relações patriarcais são reproduzidas entre professores-estudantes, estudantes-estudantes, professores-professores.

O percurso metodológico traçado pela autora consistiu na aplicação de entrevistas com 10 homens trans universitários, para tanto, foi utilizada a técnica snowball (bola de neve), para analisar os conteúdos de tais entrevistas, Santos (2020) lançou mão da técnica proposta por Laurence Bardin.

Dentre os resultados, a autora constatou que as espacialidades dos homens trans no território universitário são orientadas pela cis-heteronorma, com efeito, a presença daqueles são constantemente constrangidas e/ou oprimidas discursivamente,

simbolicamente, etc. Trata-se, portanto, de disputas que emergem em um espaço paradoxal nos termos de Gillian Rose (Silva, 2010), ou seja, ainda que os que ocupam a margem sejam “incluídos” tal inclusão acaba servindo para aprisionar tais corpos nos moldes estabelecidos por quem já estava “dentro”.

Derivam daí disputas que demandam dos/as marginalizados/as estratégias de subversão e/ou desestabilização de tais normas, para tanto o corpo é tomado como principal referência escalar e ferramenta política, afinal, o corpo trans, diferente do corpo cis, é lido socialmente como um corpo anormal, fabricado, comprado, falso, entre outros adjetivos pejorativos e descaracterizantes.

Diante dessas análises, verificamos que os sentidos de território e territorialidades, no estudo em questão, demandam a relação corpo-espço, a corporeidade, como qualificador e/ou desqualificador das subjetividades dissidentes no cotidiano universitário.

Outra alternativa criativa de trabalho queer-geográfico foi proposta por Gabriel Souza (2021) com a tese intitulada “Na praia, na montanha, sob a luz do luar ou em algum lugar além do arco-íris: perspectivas geográficas acerca das espacialidades homossexuais masculinas representadas nos filmes Praia do Futuro, Brokeback Mountain e Moonlight”.

O autor investigou as distintas espacialidades elaboradas por sujeitos homossexuais numa sociedade heteronormativa e como estas são representadas nos filmes Praia do Futuro, Brokeback Mountain e Moonlight. Assim, trata-se de um estudo que se insere no campo da Geografia do Cinema. Sobre a seleção dos respectivos filmes, o autor nos conta que leva que:

Brokeback Mountain, Praia do Futuro e Moonlight são filmes que mostram o despertar da homossexualidade de seus protagonistas, pondo em confronto esses sujeitos com os valores tradicionais dos grupos sociais que integram. [...] Nosso olhar está para os sujeitos ali representados e a forma como a homossexualidade é um elemento chave numa produção desigual do espaço desses sujeitos (Souza, 2021, p. 21).

Dos resultados evidenciados pelo o autor após a análise das obras fílmicas foi constatado que as mesmas apresentaram em seu enredo alternativas de espacialidades paradoxais: ao mesmo tempo que protege os sujeitos dos efeitos violentos da heteronorma, os isola em ilhas afetivas (podendo ser lido também como territórios-ilha afetivos). Outrossim, Souza (2021) enfatizou que: “[...] a maioria das espacialidades citadas neste trabalho, com ênfase naquelas observadas nos três filmes, são fortemente caracterizadas pelo distanciamento, sigilo e discrição”, o que reafirma o paradoxismo espacial já mencionado.

Frente a isso, sinalizou que é imperativo:

“[...] reconhecer que homossexuais podem e devem reivindicar um reconhecimento em sua dimensão socioespacial, na busca por seus direitos, a fim de que um dia não precisem mais viver em meio a tanto medo, culpa, assédio e opressão” (Souza, 2021, p. 196).

Após a leitura do estudo em questão, identificamos que o sentido de territorialidade se aproxima da noção da intertextualidade geográfica inspirada na obra de James Duncan.

A noção de textualidade passou a ser aplicada a uma ampla gama de ações e situações humanas: as linguagens corporais, o vestuário, os costumes sociais, a arquitetura e outras manifestações passam a ser assumidas enquanto expressões culturais legíveis e, portanto, passíveis de interpretação (Geraldés, 2012, p. 65).

Nesse sentido, as obras fílmicas analisadas apresentam a capacidade não só de representar os sentidos das espacialidades homossexuais, como permite o pesquisador realizar aproximações entre o texto cinematográfico com o texto social para então se chegar ao contexto.

Realizada a apresentação da constelação de conteúdos identificados nos estudos referenciados, suas potencialidades e resultados, colocamo-nos diante destes para sugerir a expansão de outras frentes teórico-metodológicas que ainda não foram contempladas.

A primeira sugestão consiste em direcionar os estudos queer-geográficos sobre território e territorialidades para cotidiano agrário, fomentando assim parcerias e/ou projetos com lideranças e/ou ativistas dissidentes de gênero e/ou sexualidades atuantes nos movimentos sociais a exemplo do Movimento Sem Terra (MST).

Outra sugestão é a elaboração de estudos queer-geográficos com grupos focais étnico-raciais, quais sejam, povos indígenas, quilombolas, população ribeirinha, haja vista que estes possuem uma relação com o território e as territorialidades baseada em suas filosofias tradicionais, tais como, kairós, iorubá, entre outras, bem como partilham, muita das vezes, de uma noção de gênero e sexualidades diferentes daquelas ditas ocidentais. Tais sugestões, se assumidas em pesquisas futuras, irão contribuir, efetivamente, no mapeamento de constelações até então desconhecidas no universo queer-geográfico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa intenção com o presente texto foi questionar, refletir e excitar as mentes das/os leitoras/es colocando-as/os em contato com as obras queer-geográficas criadas por geógrafas e geógrafos engajadas/os no fomento de uma Geografia subversiva preocupada em difundir sentidos outros de território e territorialidades. Sentidos estes atribuídos por aquelas e aqueles que não muito tempo atrás permaneciam na caverna geográfica, isolados da luz, e que agora, podem não só apreciá-la como iluminar suas próprias subjetividades, práticas e/ou saberes, e assim, engendrar transformações no saber e fazer geográfico.

Considerar o território e as territorialidades como uma estratégia, instrumento e/ou produto discursivo originado em uma cosmovisão masculina e cis-heteronormativa de mundo consiste em uma atitude subversiva em termos epistemológicos, políticos, culturais e/ou identitários.

Tal atitude, contudo, não se realiza isolada espacialmente e/ou subjetivamente. É demandada nossa posicionalidade não somente enquanto geógrafas e geógrafos,

mas principalmente, enquanto corpos e mentes desejanter e/ou aspirantes de um devir socioespacial emancipatório.

REFERÊNCIAS

ANDRÊO, C.; PERES, W. S.; TOKUDA, A. M. P.; SOUZA, L. L. Homofobia na construção das masculinidades hegemônicas: queerizando as hierarquias entre gêneros. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 46-67, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/24756/0>. Acesso em: 8 nov. 2022.

ALMEIDA, V. S. **Proposta de cartografia queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero em São Paulo**. 2019. 271f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2019.

BARBOSA, T. Linguagem, realidade e ensino de Geografia: leitura spinoziana. **Revista Entre-Lugar**, Dourados, v. 5, n. 9, p. 11-28, 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/4494>. Acesso em: 1 set. 2022.

BORGHI, R. O Espaço à Época do *Queer*: contaminações queer na Geografia Francesa. Tradução: Maria Helena Lenzi. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 133-146, ago./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.6.i2.0009>. Acesso em: 12 set. 2022.

BRAGA, R. O. B. **Espaço e práticas de cuidado de si, na relação saúde/doença do corpo das travestis e mulheres transexuais em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná**. 2020. 436f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COSTA, B. P. Espaço social, cultura e território: o processo de microterritorialização homoerótica. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 25-36, jun. 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3540>. Acesso em: 25 set. 2022.

COUTO JUNIOR, D. R.; POCAHY, F. A. Dissidências epistemológicas à brasileira: uma cartografia das teorizações queer na pesquisa em educação. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 42, n. 3, p. 608-631, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/48905>. Acesso em: 23 set. 2022.

FREITAS, E. L. **Territorialidades LGBTQIA + na educação básica: a oficina geográfica de gênero e sexualidade como ferramenta de luta e resistência**. 140f. Dissertação (Mestrado Profissional em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal, 2021.

GERALDES, E. S. Horizontes do mundo vivido: reflexões sobre a contribuição da hermenêutica para a Geografia Humanista. **Geograficidade**, Niterói, v. 1, n. 1, p. 59-66, 14 jan. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12808>. Acesso em: 25 set. 2022.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Niterói, v. 9, n. 17, 8 fev. 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>. Acesso em: 18 set. 2022.

LÉVY, J. Qual o sentido da Geografia Cultural?. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 61, p. 19-38, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/100758>. Acesso em: 18 set. 2022.

MISKOLCI, R. Estranhando as Ciências Sociais: notas introdutórias sobre a Teoria *Queer*. **Revista Florestan**, São Carlos, v. 1, n.1, p. 8-25, 2014. Disponível em: <https://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/62>. Acesso em: 23 set. 2022.

OLIVEIRA NETO, I. S. **Vivências docentes de professores gays e lésbicas no ensino de geografia em escolas de educação básica**. 2019. 214f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

ORNAT, M. J. Do território instituído ao território instituinte do ser travesti: algumas reflexões teóricas e metodológicas. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 75-88, jun. 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3544>. Acesso em: 24 set. 2022.

PELÚCIO, L. Breve história de uma teoria deslocada. **Revista Florestan**, São Carlos, v. 1, n. 2 p. 26-45, 2014. Disponível em: <https://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/63>. Acesso em: 23 set. 2022.

PELÚCIO, L. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil?. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 68-91, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10150>. Acesso em: 23 set. 2022.

REIS, M. L. Estudos de gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 11-34, dez. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/29067>. Acesso em: 11 set. 2022.

ROCHA, L. B. Apontamos para geografias interseccionais: anarco(trans)feminismo, corpo e corporeidade em uma perspectiva decolonial. **Ensaio de Geografia**, Niterói, v. 8, n. 17, p. 94-115, 31 jul. 2022. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/52306. Acesso em: 24 set. 2022.

SANTOS, A. E. C. **Vivências transmasculinas em espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil e a multiplicidade espacial**. 2020. 283p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

SCHIBELINSKI, D. “Isso é coisa do capeta!”: o papel da “ideologia de gênero” no atual projeto político de poder. **Retratos da Escola**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 15-38, 2020. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1131>. Acesso em: 19 set. 2022.

SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, 2003. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2167>. Acesso em: 12 set. 2022.

SILVA, J. M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 37-54, jun. 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3542>. Acesso em: 11 set. 2022.

SILVA, J. M. 'Relatos de si': eu, a geografia e o indizível no campo científico. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 2, n. 42, p. 173-189, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7888>. Acesso em: 25 set. 2022.

SOUZA, G. L. **Na praia, na montanha, sob a luz do luar ou em algum lugar além do arco-íris**: perspectivas geográficas acerca das espacialidades homossexuais masculinas representadas nos filmes Praia do Futuro, Brokeback Mountain e Moonlight. 2021. 224f. Tese (Doutorado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Rio de Janeiro, 2021.

SPIALERE, A. C. R. **Geografia e gênero**: considerações sobre a produção acadêmica brasileira. 2014. 75f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2014.

VASCONCELOS, A. P. N. **Oscinemões como espaços de tensionamento à ordem hegemônica da sexualidade na produção do espaço urbano de Fortaleza-CE**. 2018. 135f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará: Centro de Ciências e Tecnologia, Fortaleza, 2018.

VIEIRA, N. S. **O Buraco da Lacreia na Lapa Carioca**: relações homoafetivas e distintas territorialidades, em um espaço de vivências LGBT. 2019. 106f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Instituto de Geografia, Rio de Janeiro, 2019.

Contribuições de autoria

1 – Victor Dantas Siqueira Pequeno

Mestrando em Geografia - PPGGEO/UFSM, Licenciado em Geografia - UEMS/UUCG
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3258-8171> E-mail: victorpequenogeo@gmail.com
Contribuição: Conceituação, Metodologia, Escrita - Primeira redação e edição

2 – Ana Paula Camilo Pereira

Professora da Graduação em Geografia da UEMS/UUCG, Doutora em Geografia - USP
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4963-4173> E-mail: apaulacape@uems.b
Contribuição: Escrita - revisão

Como citar este artigo

PEQUENO, V. D. S.; PEREIRA, A. P. C. Das territorialidades hegemônicas às territorialidades Queer (Cuier): excitando os limites da Geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v.27, e71804, p. 1-28, 2023. Disponível em: 10.5902/2236499471804. Acesso em: dia mês abreviado. ano.